

IGOR SUSANO



MANUAL POLICIAL

407 QUESTÕES COMENTADAS
DAS CARREIRAS POLICIAIS

1ª EDIÇÃO



revisão
constitucional

DEMONSTRATIVO

AUTOR
IGOR SUSANO

MANUAL POLICIAL

487 QUESTÕES COMENTADAS DAS CARREIRAS POLICIAIS

1ª edição

Atualizada em Fev./2020

De acordo com a Lei n. 13.964/2019 (Pacote Anticrime)

O uso deste material para fins comerciais é expressamente proibido.
A reprodução total ou parcial desta obra depende da autorização expressa do autor.

NOTA AO LIVRO

Este livro contém 495 questões comentadas de concursos públicos das carreiras policiais. Todos os comentários contêm a fundamentação legal correspondente, assim como a jurisprudência relacionada, quando for o caso. Os comentários costumam ser mais objetivos, sem informações desnecessárias. Porém, dependendo do caso, as explicações vão muito além de uma resposta direta. Tudo em prol do aprendizado e da absorção do conteúdo.

A ideia de fazer comentários objetivos e diretos decorre da minha frustração, como concurseiro, ao utilizar materiais de alguns cursos que eram recheados de conteúdo desnecessário. Os materiais prolixos apresentam dois grandes problemas: a) o concurseiro, já exausto pela quantidade excessiva de conteúdo que precisa absorver, estaria acumulando conhecimento irrelevante para as suas provas (conhecimento é importante e não pode ser menosprezado, mas precisamos filtrar em determinadas situações); b) além do conteúdo irrelevante, o concurseiro perde seu tempo precioso estudando 100 páginas de um material no qual somente 60 delas dizem respeito ao que ele realmente precisa saber.

Além disso, diversos trechos dos comentários foram destacados em **negrito** ou sublinhado para dar maior ênfase nas partes mais importantes.

Isso é tudo que precisam saber sobre o livro. Em caso de dúvidas sobre os comentários, entre em contato com o autor.

Bons estudos e rumo à tão sonhada vaga!

NOTA SOBRE O AUTOR E OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Olá. Meu nome é Igor Susano. Sou Professor Comentarista no Rota dos Concursos, Advogado e tenho Pós-graduação em Direito Constitucional, disciplina que é a minha maior paixão; paixão que, inclusive, me incentivou a criar a página @RevisaoConstitucional, no Instagram.

Assim como você, também sou concurseiro. Almejo um cargo na magistratura do trabalho, algo que exige bastante tempo e dedicação, da mesma maneira que qualquer concurso público. E é justamente por ser concurseiro que eu entendo a situação da maioria esmagadora dos candidatos: escassez de tempo, pouca ou nenhuma vida social, situação financeira não muito saudável, noites mal dormidas etc.

Embora eu não possa ajudar na maior parte desses problemas, consigo, entretanto, fornecer um material de ótima qualidade a um preço justíssimo! Entretanto, assim como os demais livros que eu escrevi de 2018 para cá, elaborar este livro também não foi nada fácil. Foram mais de 02 meses de dedicação, trabalhando dia e noite, incluindo fins de semana, tudo para criar um livro que possa realmente ajudá-lo no caminho da sua aprovação.

Peço que você, concurseiro, incentive os seus amigos a comprarem uma cópia deste livro, ao invés de simplesmente repassá-lo. O preço é mais do que justo e, acima de tudo, você estará me incentivando a criar outros projetos que podem te beneficiar no futuro. No primeiro livro que escrevi (Direito Constitucional em Exercícios), havia dito que vocês poderiam me incentivar a criar um livro com questões comentadas da FCC e, também, de questões comentadas das carreiras policiais.

Pois bem. As questões comentadas das carreiras policiais estão aqui! Vocês gostaram tanto dos livros anteriores que finalmente chegamos ao tão esperado Manual Policial.

Guerreiro(a), rumo à aprovação! :)

SUMÁRIO DO MATERIAL COMPLETO

DIREITO ADMINISTRATIVO	1
1 Introdução ao direito Administrativo	1
2 Atos Administrativos.....	11
3 Poderes da Administração Pública.....	19
4 Serviços públicos.....	29
5 Controle da Administração Pública.....	34
6 Agentes públicos.....	37
7 Lei n. 8.112/1990.....	39
8 Responsabilidade civil do Estado.....	41
9 Licitações.....	48
10 Improbidade administrativa	52
11 Lei n. 9.784/1999.....	55
12 Intervenção do Estado.....	57
13 Terceiro Setor (entidades paraestatais).....	57
DIREITO CONSTITUCIONAL	60
1 Teoria Geral da Constituição	60
2 Princípios fundamentais.....	66
3 Direitos e deveres individuais e coletivos.....	69
4 Direitos sociais.....	81
5 Direitos da nacionalidade	82
6 Direitos políticos e partidos políticos.....	86
7 Organização político-administrativa do Estado	92
8 Administração Pública.....	99
9 Poder Legislativo.....	104
10 Poder Executivo.....	113
11 Poder Judiciário.....	122
12 Funções essenciais à Justiça	129
13 Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.....	135
14 Ordem Social.....	148
15 Controle de constitucionalidade.....	156

DIREITO PENAL	159
1 Fontes, princípios e outras noções fundamentais do Direito Penal	159
2 Aplicação da lei penal	164
3 Concurso de pessoas e concurso de crimes	170
4 Crime – disposições gerais	180
5 Penas e Medidas de segurança	190
6 Ação penal.....	195
7 Punibilidade e causas de extinção	196
8 Crimes contra a vida	199
9 Crimes contra a liberdade pessoal	204
10 Crimes contra o patrimônio.....	206
11 Crimes contra a dignidade sexual	212
12 Crimes contra a Administração Pública.....	214
DIREITO PROCESSUAL PENAL	223
1 Fontes e princípios do Direito Processual Penal	223
2 Inquérito policial	225
3 Processo, procedimento e relação jurídica processual	237
4 Ação penal.....	238
5 Competência.....	242
6 Questões e processos incidentes: suspeição e impedimento	244
7 Provas.....	246
8 Juiz, Ministério Público, Acusado e Defensor, Assistentes e Auxiliares da justiça	258
9 Prisão e Medidas cautelares	259
10 Citações e intimações	270
11 Recursos.....	270
LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE.....	273
1 Lei de Drogas – Lei n. 11.343/2006	273
2 Lei de Crimes Hediondos – Lei n. 8.072/1990	281
3 Estatuto do Desarmamento – Lei n. 10.826/2003	283
4 Lei Maria da Penha – Lei n. 11.340/2006.....	289
5 Lei de Crimes de Tortura – Lei n. 9.455/1997	294
6 Crimes contra o consumidor	297

7 Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n. 8.069/1990	301
8 Estatuto do Idoso – Lei n. 10.741/2003	305
9 Lei de Execuções Penais – Lei n. 7.210/1984	306
10 Lei dos Juizados Especiais Criminais – Lei n. 9.099/1995.....	310
11 Crimes de Trânsito – Lei n. 9.503/1997	311
12 Lei de Crimes Ambientais – Lei n. 9.605/1998	314
13 Disposições sobre os Direitos Humanos	315
14 Lei de Crimes Resultantes de Preconceito de Raça ou de Cor	319
15 Lei da Interceptação Telefônica – Lei n. 9.296/1996.....	321
16 Crimes contra a Ordem Econômica e Tributária – Lei n. 8.137/1990	322
17 Lei de Organização Criminosa – Lei n. 12.850/2013.....	325
18 Crimes Eleitorais.....	327
19 Crimes Falimentares	329
20 Lei de Prisão Temporária – Lei n. 7.960/1989	330
21 Lei do Colarinho Branco – Lei n. 7.492/1986.....	332

DIREITO ADMINISTRATIVO

1 INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 01

AOCP – PC/ES – Escrivão de Polícia – 2019

O Estado de Direito pode ser conceituado como uma pessoa jurídica política, juridicamente organizada e obediente às suas próprias leis. A respeito do conceito de Estado, elementos, poderes e organização, é correto afirmar que

- a) o Estado, segundo grande parte da doutrina, é composto de três elementos originários e indissociáveis, quais sejam: o povo, a legislação interna e o governo soberano.
- b) o Estado, para se organizar, divide-se em três elementos estruturais, ou organizacionais, que são chamados Poderes, ou Funções, por alguns doutrinadores, sendo eles: o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Econômico.
- c) o Poder Legislativo exerce como função típica a aplicação coativa da lei ao caso específico, estabelecendo regras concretas, sem produzir regras primárias no mundo jurídico.
- d) a administração pública direta é exercida por meio das autarquias, fundações públicas, empresas estatais e sociedades de economia mista.
- e) a tripartição dos Poderes do Estado não gera absoluta divisão de poderes, mas sim distribuição de três funções estatais precípuas, uma vez que o poder estatal é uno e indivisível.

COMENTÁRIOS

LETRA “A”: incorreta.

Os elementos originários e indissociáveis de um Estado são o povo, o território e o governo soberano.

Não há o elemento “legislação interna”.

LETRA “B”: incorreta.

O Estado se divide nos seguintes Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário.

Não há Poder Econômico.

LETRA “C”: incorreta.

A alternativa está falando da função típica do Poder Judiciário, e não da função típica do Poder Legislativo.

O Poder Legislativo tem como funções típicas a criação das leis (função legiferante) e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado.

LETRA “D”: incorreta.

A administração pública indireta que é exercida por meio das autarquias, fundações públicas, empresas estatais e sociedades de economia mista.

A administração pública direta é exercida pelos entes políticos, que são a União, os Estados-membros, o DF e os Municípios.

LETRA “E”: correta.

O poder estatal, de fato, é uno e indivisível. Não há uma absoluta tripartição do Poder.

GABARITO: letra “E”.

2 ATOS ADMINISTRATIVOS

QUESTÃO 21

VUNESP – PC/BA – Investigador de Polícia – 2018

Os atos discricionários

- a) são equiparados aos atos políticos, não sendo, portanto, possível a sua apreciação pelo Poder Judiciário, mesmo que causem lesão a direitos individuais ou coletivos.
- b) sujeitam-se à apreciação judicial, que será plena, em todos os aspectos, inclusive aqueles submetidos à avaliação de conveniência e oportunidade pelo gestor.
- c) não se prestam ao controle judicial, que não pode apreciar os motivos, ou seja, os fatos que precedem a elaboração do ato, sua ausência ou até mesmo falsidade.
- d) sujeitam-se à apreciação judicial, desde que não se invadam os aspectos reservados à apreciação subjetiva da Administração Pública.
- e) serão submetidos a controle judicial, em regra geral, se pertencerem à categoria de atos *interna corporis*, ou seja, aqueles derivados de Regimentos do Poder Legislativo.

COMENTÁRIOS

LETRA “A”: incorreta.

O ato que causar lesão a direitos individuais ou coletivos, seja discricionário ou político, é passível de apreciação pelo Poder Judiciário.

LETRA “B”: incorreta.

O Poder Judiciário pode analisar apenas a legalidade do ato discricionário, e não o mérito dele.

LETRA “C”: incorreta.

A ausência de motivo ou a falsidade de motivo são vícios de legalidade. O Poder Judiciário, conforme mencionado nos comentários da letra “B”, pode apreciar a legalidade do ato.

LETRA “D”: correta.

A apreciação subjetiva da Administração Pública diz respeito ao mérito do ato. O Poder Judiciário pode analisar a legalidade do ato, mas não o seu mérito.

LETRA “E”: incorreta.

Atos *interna corporis* são aqueles derivados de regimento interno e dizem respeito a questões próprias de cada Poder.

Tais atos, como regra, não são submetidos ao controle judicial, diferentemente do que a alternativa afirma.

Excepcionalmente, podem ter a sua legalidade apreciada pelo Poder Judiciário.

GABARITO: letra “D”.

3 PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

QUESTÃO 45

CESPE – PC/DF – Escrivão de Polícia – 2013

Considerando que os poderes administrativos são os conjuntos de prerrogativas de direito público que a ordem jurídica confere aos agentes administrativos para o fim de permitir que o Estado alcance seus fins, julgue o item seguinte.

Tanto a polícia administrativa quanto a polícia judiciária, embora tratem de atividades diversas, enquadram-se no âmbito da função administrativa do Estado, uma vez que representam atividades de gestão de interesse público.

() Certo () Errado

COMENTÁRIOS

A polícia administrativa atua sobre atividades privadas, bens ou direitos, tendo vistas a evitar a prática de infrações administrativas. Em regra, possui caráter preventivo.

A polícia judiciária, por sua vez, tem atuação de natureza repressiva (excepcionalmente, sua atuação também pode ser preventiva), com o objetivo de reprimir a prática de infrações criminais.

Ambas fazem parte da função administrativa do Estado, conforme dispõe a assertiva, pois dizem respeito a atividades que afetam o interesse público.

GABARITO: certo.

7 LEI N. 8.112/1990

QUESTÃO 64

CESPE – PC/MA – Delegado de Polícia – 2018

Pela suposta prática de falta funcional, foi instaurado procedimento administrativo disciplinar contra Luiz, servidor público estadual. Luiz respondeu, relativamente aos mesmos fatos, a ação penal ajuizada pelo MP local.

À luz da disciplina da responsabilização dos servidores públicos, é correto afirmar que, nessa situação hipotética,

- a) eventual sentença absolutória criminal fundamentada no fato de a conduta do servidor público não constituir infração penal não impede a aplicação de penalidade em âmbito administrativo, com base na chamada falta residual.
- b) em razão da independência entre as instâncias administrativa e penal, eventual sentença absolutória criminal não repercutirá na esfera administrativa.
- c) eventual sentença absolutória criminal fundamentada na falta de provas implicará absolvição na esfera administrativa.
- d) eventual sentença extintiva da punibilidade do crime, independentemente de seu fundamento, implicará no arquivamento do procedimento administrativo disciplinar.

COMENTÁRIOS

LETRA “A”: correta.

O fato de a conduta não ser caracterizada como crime não impede que ela seja considerada infração administrativa. É o que se entende por “falta residual”.

Nos termos da Súmula 18 do STF: Pela falta residual, não compreendida na absolvição pelo juízo criminal, é admissível a punição administrativa do servidor público.

LETRA “B”: incorreta.

Embora as esferas cível, penal e administrativa sejam independentes entre si (Lei n. 8.112/1990, art. 125), “a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria” (Lei n. 8.112/1990, art. 126).

LETRA “C”: incorreta.

Esta alternativa está incorreta pelos mesmos fundamentos da letra “B”.

LETRA “D”: incorreta.

Esta alternativa está incorreta pelos mesmos fundamentos da letra “B”.

GABARITO: letra “A”.

8 RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

QUESTÃO 69

CESPE – Polícia Federal – Perito Criminal Federal – 2018

Um numeroso grupo de pessoas se reuniu no centro comercial de determinada cidade para protestar contra a precarização dos hospitais locais. A agitação e a hostilidade dos manifestantes fizeram que lojistas do local acionassem o órgão de segurança pública competente para a necessária assistência. Os agentes não apareceram e vitrines de lojas do centro comercial foram apedrejadas.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Em regra, os atos de multidão ensejam a responsabilidade objetiva do Estado, em razão do dever de vigilância permanente da administração pública.

() Certo () Errado

COMENTÁRIOS

Conforme a jurisprudência do STF (RE 36.018), a responsabilidade do Estado decorrente de atos de multidão não se encaixa no § 6º do art. 37 da CF, pois não se trata de danos causados pelos seus agentes, e sim por pessoas da multidão. Portanto, não seria responsabilidade objetiva.

Como reforço dessa tese, a doutrina ainda afirma que o Estado não tem responsabilidade objetiva no caso de atos de terceiros ou de fenômenos naturais que causem danos a particulares.

Voltando à jurisprudência do STF, a responsabilidade do Estado, nos casos de dano causados por atos de multidão, seria subjetiva. Ainda que o dano não tenha sido causado por seus agentes, o Estado responderá por omissão, nos casos que devia agir, mas não o fez.

GABARITO: errado.

9 LICITAÇÕES

QUESTÃO 78

CESPE – Polícia Federal – Perito Criminal Federal – 2018

Acerca de licitação, julgue o item que segue.

A concorrência, a tomada de preços e o convite são modalidades de licitação caracterizadas pelo objetivo de contratação de obras, serviços e fornecimento, sendo, por isso, possível combinar os elementos dessas modalidades para constituir uma nova modalidade licitatória.

() Certo () Errado

COMENTÁRIOS

Conforme Lei n. 8.666/1993:

Art. 22. São modalidades de licitação:

I - concorrência;

II - tomada de preços;

III - convite;

IV - concurso;

V - leilão.

§ 8º É **vedada** a criação de outras modalidades de licitação ou a combinação das referidas neste artigo.

Não é possível, portanto, combinar modalidades licitatórias para constituir uma nova modalidade de licitação.

GABARITO: errado.

QUESTÃO 79

CESPE – PC/MA – Delegado de Polícia Civil – 2018

Para contratar empresa de serviço de vigilância para os prédios das repartições públicas municipais, determinado município do estado do Maranhão realizou licitação na modalidade pregão.

Nessa situação hipotética,

a) facultada à administração pública a adoção dos critérios melhor técnica e preço ou menor preço, para fins de julgamento e classificação das propostas dos licitantes.

b) a análise dos documentos para a habilitação do licitante vencedor se dará ao término da fase de julgamento das propostas.

c) o pregão não poderia ser a modalidade licitatória escolhida por se destinar exclusivamente ao âmbito federal.

d) o pregão não poderia ser a modalidade licitatória escolhida se o valor estimado da contratação superasse aqueles previstos para as modalidades tomada de preço e concorrência.

e) é exigível, como condição para participação no certame, a garantia de proposta pelos participantes e a aquisição do edital pelos licitantes.

COMENTÁRIOS

LETRA “A”: incorreta.

O pregão adota apenas o critério de adoção por menor preço (Lei n. 10.520/2002, art. 4º, X).

A administração pública não tem a faculdade de adotar outro critério.

LETRA “B”: correta.

A assertiva está de acordo com o disposto no inciso XII do art. 4º da Lei n. 10.520/2002.

LETRA “C”: incorreta.

A Lei do pregão (Lei n. 10.520/2002) não é aplicada exclusivamente no âmbito da União, e sim no âmbito de todos os entes federativos.

Há menção à utilização do pregão pela União, Estados, DF e Municípios em vários dispositivos da referida Lei.

Ex.: art. 4º, I, XIII e XIV e art. 11.

Além disso, o próprio preâmbulo da Lei aponta a aplicação do pregão no âmbito de todo os entes federativos:

Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

LETRA “D”: incorreta.

Não há limite de valor para a utilização do pregão.

A Lei n. 10.520/2002, em seu art. 1º, dispõe: “Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei”.

A lei não faz menção ao valor máximo, mas apenas à natureza do objeto da contratação (bens e serviços comuns).

LETRA “E”: incorreta.

Tais exigências não são permitidas, e sim vedadas:

Lei n. 10.520/2002, art. 5º É vedada a exigência de:

I - garantia de proposta;

II - aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame; e

III - pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica, e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.

GABARITO: letra “B”.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1 TEORIA GERAL DA CONSTITUIÇÃO

QUESTÃO 99

CESPE – PC/MA – Escrivão de Polícia Civil – 2018

De acordo com a doutrina majoritária, quanto à origem, as Constituições podem ser classificadas como

- a) promulgadas, que são ditas democráticas por se originarem da participação popular por meio do voto e da elaboração de normas constitucionais.
- b) outorgadas, que surgem da tradição, dos usos e costumes, da religião ou das relações políticas e econômicas.
- c) cesaristas, que são as derivadas de uma concessão do governante, ou seja, daquele que tem a titularidade do poder constituinte originário.
- d) pactuadas, que são formadas por dois mecanismos distintos de participação popular, o plebiscito e o referendo, ambos com o objetivo de legitimar a presença do detentor do poder.
- e) históricas, que surgem do pacto entre o soberano e a organização nacional e englobam muitas das Constituições monárquicas.

COMENTÁRIOS

LETRA “A”: correta.

Apresenta a exata definição de uma constituição promulgada.

LETRA “B”: incorreta.

As constituições outorgadas são elaboradas unilateralmente, por um agente ditatorial, sem a participação do povo.

LETRA “C”: incorreta.

As constituições cesaristas (ou bonapartistas) são aqueles cujo texto é elaborado unilateralmente, sem a participação do povo, mas que são submetidas posteriormente a referendo popular.

LETRA “D”: incorreta.

As constituições pactuadas (ou dualistas) são aquelas resultantes de um pacto entre duas forças rivais: a monarquia decadente e a burguesia em ascensão. Em outras palavras, são as constituições elaboradas em um período de transição.

LETRA “E”: incorreta.

As constituições históricas são aquelas resultantes do lento passar do tempo, constituindo uma síntese histórica da evolução do Estado.

GABARITO: letra “A”.

2 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

QUESTÃO 104

CESPE – PC/MA – Investigador de Polícia – 2018

Acerca dos princípios fundamentais previstos na CF, julgue os itens a seguir.

- I - O poder que emana do povo será exercido somente por meio de seus representantes eleitos.
- II - O Brasil rege-se, nas relações internacionais, pelos princípios da intervenção e da negativa de asilo político.
- III - São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais.
- IV - A República Federativa do Brasil visa à formação de uma comunidade latino-americana de nações por meio da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.

Estão certos apenas os itens

- a) I e III.
- b) II e IV.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.
- e) I, II e IV.

COMENTÁRIOS

ITEM I: errado.

CF, art. 1º, Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

ITEM II: errado.

CF, art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: [...] X - concessão de asilo político.

ITEM III: certo.

CF, art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: [...] III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

ITEM IV: certo.

CF, art. 4º, parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

GABARITO: letra “C”.

3 DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

QUESTÃO 109

CESPE – PRF – Policial Rodoviário Federal – 2019

À luz da Constituição Federal de 1988, julgue o item que se segue, a respeito de direitos e garantias fundamentais e da defesa do Estado e das instituições democráticas.

Em caso de iminente perigo público, autoridade pública competente poderá usar a propriedade particular, desde que assegure a consequente indenização, independentemente da comprovação da existência de dano, que, nesse caso, é presumido.

() Certo () Errado

COMENTÁRIOS

A CF diz que só haverá indenização na ocorrência de dano. Ou seja, a mera requisição da propriedade particular não é suficiente para que haja indenização:

CF, art. 5º XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

GABARITO: errado.

QUESTÃO 121

CESPE – PC/MA – Escrivão de Polícia Civil – 2018

O *habeas corpus* pode ser impetrado por

- condenado a pena de multa, caso ele considere exorbitante o valor desta.
- militar, contra punição disciplinar imposta sem motivação.
- pessoa física, para impugnar determinação de suspensão de direitos políticos.
- estrangeiro, mas sempre em português.
- pessoa jurídica, em seu favor, quando ela for acusada de crime ambiental.

COMENTÁRIOS

LETRA “A”: incorreta.

Súmula 693 do STF: “Não cabe habeas corpus contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada”.

LETRA “B”: incorreta.

CF, art. 142, § 2º: “Não caberá habeas corpus em relação a punições disciplinares militares.” A motivação da punição disciplinar diz respeito a um ato administrativo discricionário. Ou seja, estamos falando de mérito administrativo. Se estivéssemos falando da legalidade do ato, seria cabível o *habeas corpus*.

LETRA “C”: incorreta.

A suspensão de direitos políticos não tem natureza de coação ilegal à liberdade de locomoção.

LETRA “D”: correta.

HC 72.391: “A petição com que impetrado o habeas corpus deve ser redigida em português, sob pena de não conhecimento do writ constitucional (CPC, art. 156, c/c CPP, art. 3º), eis que o conteúdo dessa peça processual deve ser acessível a todos, sendo irrelevante, para esse efeito, que o juiz da causa conheça, eventualmente, o idioma estrangeiro utilizado pelo impetrante”.

LETRA “E”: incorreta.

HC 92.921: “A pessoa jurídica não pode figurar como paciente de habeas corpus, pois jamais estará em jogo a sua liberdade de ir e vir, objeto que essa medida visa proteger”.

GABARITO: letra “D”.

4 DIREITOS SOCIAIS

QUESTÃO 125

AOCP – PC/ES – Auxiliar Perícia Médico-Legal – 2019

A Constituição Federal determina que é livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

- a) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, sendo admitidas, ao Poder Público, a interferência e a intervenção na organização sindical nos casos previstos em lei.
- b) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- c) o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- d) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- e) a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, caso em que será dispensada a contribuição prevista em lei.

COMENTÁRIOS

LETRA “A”: incorreta.

A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, sendo vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical (CF, art. 8º, I).

LETRA “B”: incorreta.

É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho (CF, art. 8º, VI).

LETRA “C”: correta.

Leitura do art. 8º, VII, da CF.

LETRA “D”: incorreta.

É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei (art. 8º, VIII, da CF).

LETRA “E”: incorreta.

A assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei (art. 8º, IV, da CF).

GABARITO: letra “C”.

5 DIREITOS DA NACIONALIDADE

QUESTÃO 130

AOCP – PC/ES – Investigador – 2019

João, brasileiro nato, após devido processo legal, transitado em julgado, perdeu a nacionalidade brasileira em razão de ter optado voluntariamente por nacionalidade estrangeira. Anos depois, João retornou ao Brasil e adquiriu a nacionalidade brasileira por meio da naturalização. De acordo com a Constituição Federal, assinale qual dos cargos a seguir poderá ser ocupado por João.

- a) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- b) Oficial das forças armadas.
- c) Embaixador.
- d) Senador.
- e) Ministro de Estado de Defesa.

COMENTÁRIOS

Sobre os cargos privativos de brasileiro nato, a CF dispõe:

CF, art. 12, § 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

- I - de Presidente e Vice-Presidente da República;
- II - de Presidente da Câmara dos Deputados;
- III - de Presidente do Senado Federal;
- IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- V - da carreira diplomática;
- VI - de oficial das Forças Armadas.
- VII - de Ministro de Estado da Defesa.

Observa-se que João, agora brasileiro naturalizado, não pode ocupar os cargos de Ministro do STF (letra “A”), Oficial das Forças Armadas (Letra “B”), Embaixador, que é cargo da carreira diplomática (Letra “C”), e Ministro de Estado da Defesa (Letra “E”). Pode ocupar, entretanto, o cargo de Senador (letra “D”).

Vale ressaltar que, apesar de a banca AOCF considerar João como brasileiro naturalizado, o Decreto Federal n. 9.199/2017 (que regula a Lei de Migração), em seu art. 254, § 7º, diz que “o deferimento do requerimento de reaquisição ou a revogação da perda importará no restabelecimento da nacionalidade originária brasileira.” Portanto, João deveria voltar a ser considerado brasileiro nato. Porém, para fins de concursos públicos e, principalmente, de aprovação, devemos levar em conta o entendimento da banca, ainda que controverso, ou mesmo *contra legem* (contra a lei).

GABARITO: “D”.

7 ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO

QUESTÃO 144

AOCF – PC/ES – Investigador – 2019

De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta acerca da Organização Político-Administrativa do Estado.

- a) Os Territórios Federais integram a União e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei ordinária.
- b) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- c) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei federal, dentro do período determinado por Lei Ordinária.
- d) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação das Assembleias Legislativas dos Estados diretamente interessados e do Congresso Nacional, por lei ordinária.
- e) São considerados como bens dos Estados da Federação os recursos minerais, inclusive os do subsolo.

COMENTÁRIOS**LETRA “A”:** incorreta.

Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar (CF, art. 18, § 2º).

LETRA “B”: correta.

Leitura do art. 18, § 3º, da CF.

LETRA “C”: incorreta.

A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal (CF, art. 18, § 4º).

LETRA “D”: incorreta.

Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar (CF, art. 18, § 3º).

LETRA “E”: incorreta.

Os recursos minerais, inclusive os do subsolo, são bens da União (CF, art. 20, IX).

GABARITO: letra “B”.**9 PODER LEGISLATIVO****QUESTÃO 167****CESPE – PC/DF – Agente de Polícia – 2013**

Com referência à composição da Câmara dos Deputados e às disposições constitucionais sobre processo legislativo, julgue o item subseqüente.

A iniciativa popular de lei pode ser exercida tanto no que tange às leis complementares como às leis ordinárias.

() Certo () Errado

COMENTÁRIOS

É o que diz a CF:

CF, art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destaca-se que, apesar de a CF falar em “cidadãos”, e não em “iniciativa popular”, ambos os termos são sinônimos.

GABARITO: certo.

10 PODER EXECUTIVO

QUESTÃO 179

CESPE – PC/DF – Escrivão de Polícia – 2013

Considerando o disposto na CF acerca do Poder Executivo, julgue os próximos itens.

Se cometer crime eleitoral, o presidente da República será suspenso de suas funções até o julgamento final do respectivo processo. Nesse caso, a denúncia do fato ao Tribunal Superior Eleitoral e o seu acolhimento por esse tribunal serão requisitos legais para a instauração do processo.

() Certo () Errado

COMENTÁRIOS

Crime eleitoral é considerado, pela jurisprudência, um crime comum e, portanto, seguirá as regras específicas do artigo 86 da CF/88.

O presidente não fica afastado até o julgamento final do processo, mas pelo prazo de 180 dias:

CF, art. 86. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

§ 1º O Presidente ficará suspenso de suas funções:

I - nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal;

[...] § 2º Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

GABARITO: errado.

11 PODER JUDICIÁRIO

QUESTÃO 184

AOCP – PC/ES – Auxiliar Perícia Médico-Legal – 2019

Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe

a) processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.

b) processar e julgar, mediante recurso extraordinário, o habeas corpus, o mandado de segurança, o habeas data e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.

c) processar e julgar, mediante recurso ordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

d) julgar, em recurso ordinário, a extradição solicitada por Estado estrangeiro.

e) julgar, em recurso ordinário, a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões.

COMENTÁRIOS

LETRA “A”: correta.

Leitura do art. 102, I, “b”, da CF.

LETRA “B”: incorreta.

Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe julgar, mediante recurso ordinário, o *habeas corpus*, o mandado de segurança, o *habeas data* e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão (CF, art. 102, II, “a”).

LETRA “C”: incorreta.

Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF, art. 102, III, “a”).

LETRA “D”: incorreta.

Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente, a extradição solicitada por Estado estrangeiro (CF, art. 102, I, “g”).

LETRA “E”: incorreta.

Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente, a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões (CF, art. 102, I, “l”).

GABARITO: letra “A”.

12 FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

QUESTÃO 194

AOCP – PC/ES – Auxiliar Perícia Médico-Legal – 2019

De acordo com o texto constitucional, assinale a alternativa correta acerca das Funções Essenciais à Justiça.

- a) O Ministério Público da União compreende apenas o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho.
- b) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
- c) São princípios institucionais da Defensoria Pública a pluralidade, a divisibilidade e a independência funcional.
- d) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- e) É vedado, aos membros do Ministério Público, exercer a advocacia e qualquer outra função pública, inclusive de magistério.

COMENTÁRIOS

LETRA “A”: incorreta.

CF, art. 128. O Ministério Público abrange:

I - o Ministério Público da União, que compreende:

- a) o Ministério Público Federal;
 - b) o Ministério Público do Trabalho;
 - c) o Ministério Público Militar;
 - d) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;
- II - os Ministérios Públicos dos Estados.

LETRA “B”: correta.

Leitura do art. 128, § 2º, da CF.

LETRA “C”: incorreta.

São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional (CF, art. 134, § 4º).

LETRA “D”: incorreta.

A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada (CF, art. 131, § 1º).

LETRA “E”: incorreta.

É vedado, aos membros do Ministério Público, exercer a advocacia e qualquer outra função pública, salvo uma de magistério (CF, art. 128, § 5º, II, “d”).

GABARITO: letra “B”.

13 DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

QUESTÃO 205

AOCP – PC/ES – Auxiliar Perícia Médico-Legal – 2019

Considerando as disposições constitucionais a respeito das Forças Armadas, é correto afirmar que

- a) são constituídas tão somente pelo Exército e pela Aeronáutica.
- b) os eclesiásticos são isentos do serviço militar obrigatório, em tempo de paz, e de qualquer outro encargo legal.
- c) ao militar inativo é vedada a filiação partidária.
- d) ao militar, desde que respeitadas as disposições legais, são permitidas a sindicalização e a greve.
- e) o oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra.

COMENTÁRIOS

LETRA “A”: incorreta.

São constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica (CF, art. 142, *caput*).

LETRA “B”: incorreta.

Os eclesiásticos são isentos do serviço militar obrigatório, em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir (CF, art. 143, § 2º).

LETRA “C”: incorreta.

Ao militar ativo é vedada a filiação partidária (CF, art. 142, § 3º, V).

LETRA “D”: incorreta.

Ao militar são proibidas a sindicalização e a greve (CF, art. 142, §3º, IV).

LETRA “E”: correta.

Leitura do art. 142, § 3º, VI.

GABARITO: letra “E”.

QUESTÃO 215**CESPE – Polícia Federal – Delegado de Polícia Federal – 2018**

Acerca da disciplina constitucional da segurança pública, do Poder Judiciário, do MP e das atribuições da PF, julgue o seguinte item.

A vedação absoluta ao direito de greve dos integrantes das carreiras da segurança pública é compatível com o princípio da isonomia, segundo o STF.

() Certo () Errado

COMENTÁRIOS

De início, é importante afirmar que o STF realmente fala em “vedação absoluta” do direito de greve aos integrantes das carreiras da segurança pública.

Além disso, o STF julga ser compatível tal vedação com o princípio da isonomia. Isto é, o fato de os servidores das carreiras da segurança pública não terem o direito de greve, diferentemente dos servidores públicos civis, não fere a igualdade, pois a segurança interna, a ordem pública e a paz social se sobrepõem a um direito de uma classe:

A carreira policial é o braço armado do Estado, responsável pela garantia da segurança interna, ordem pública e paz social. E o Estado não faz greve. O Estado em greve é anárquico. A Constituição Federal não permite. Aparente colisão de direitos. Prevalência do interesse público e social na manutenção da segurança interna, da ordem pública e da paz social sobre o interesse individual de determinada categoria de servidores públicos. Impossibilidade absoluta do exercício do direito de greve às carreiras policiais” (ARE 654.432)

GABARITO: certo.

14 ORDEM SOCIAL

QUESTÃO 223

AOCP – PC/ES – Auxiliar Perícia Médico-Legal – 2019

A Constituição Federal determina, em seu artigo 225, que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Para assegurar a efetividade desse direito, o Poder Público está incumbido, dentre outras ações, de

- a) exigir, em caso de instalação de obra ou atividade que possa causar significativa degradação do meio ambiente, na forma da lei, estudo prévio de impacto ambiental, que deverá ter trâmite administrativo sigiloso.
- b) prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas, bem como preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais.
- c) preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e vedar as atividades das entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.
- d) proteger a fauna e a flora, permitidas, na forma da lei, as práticas que submetam os animais à crueldade, desde que em benefício da humanidade ou em virtude de interesse público.
- e) promover a pesquisa e manipulação de material genético.

COMENTÁRIOS

LETRA “A”: incorreta.

O Poder Público está incumbido de exigir, em caso de instalação de obra ou atividade que possa causar significativa degradação do meio ambiente, na forma da lei, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade (CF, art. 255, § 1º, IV).

LETRA “B”: correta.

Leitura do art. 225, § 1º, I, da CF.

LETRA “C”: incorreta.

O Poder Público está incumbido de preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as atividades das entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.

LETRA “D”: incorreta.

O Poder Público está incumbido de proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que submetam os animais à crueldade, desde que em benefício da humanidade ou em virtude de interesse público (CF, art. 225, § 1º, VII).

LETRA “E”: incorreta.

O Poder Público está incumbido de fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético (CF, art. 225, § 1º, II).

GABARITO: letra “B”.

15 CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

QUESTÃO 231

AOCP – PC/ES – Escrivão de Polícia – 2019

Inconstitucionalidade é a desconformidade entre uma norma da Constituição e outra infraconstitucional. A respeito do Controle de Constitucionalidade, é correto afirmar que

- a) a cláusula de reserva de plenário, prevista no artigo 97 da Constituição Federal, caracteriza-se como condição de eficácia jurídica da declaração de inconstitucionalidade dos atos do Poder Público.
- b) por meio da Ação Direta de Constitucionalidade (ADC), busca-se declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- c) a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) caracteriza-se como meio de controle difuso de constitucionalidade.
- d) a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental não pode se dar na modalidade incidental, somente autônoma.
- e) são algumas das peculiaridades da Ação Direta Genérica de Inconstitucionalidade (ADI genérica): admite desistência, é passível de ação rescisória e pode ter seu objeto ampliado pelo Supremo Tribunal Federal.

COMENTÁRIOS

LETRA “A”: correto.

CF, Art. 97. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

LETRA “B”: incorreto.

Por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade é que se busca declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

LETRA “C”: incorreto.

A ADO é caracterizada como meio de controle concentrado de constitucionalidade.

LETRA “D”: incorreto.

A ADPF pode ser tanto na forma incidental quanto na autônoma.

LETRA “E”: incorreto.

A ADI genérica não admite desistência.

GABARITO: letra “A”.

DIREITO PENAL

1 FONTES, PRINCÍPIOS E OUTRAS NOÇÕES FUNDAMENTAIS DO DIREITO PENAL

QUESTÃO 237

AOCP – PC/ES – Escrivão de Polícia – 2019

O art. 1º do Código Penal afirma que não há crime sem lei anterior que o defina e que não há pena sem prévia cominação legal. O mencionado dispositivo corresponde a qual princípio de direito penal?

- a) Princípio da legalidade.
- b) Princípio da proibição de pena indigna.
- c) Princípio da proporcionalidade
- d) Princípio da igualdade.
- e) Princípio da austeridade.

COMENTÁRIOS

LETRA “A”: correta.

A assertiva trata do princípio da legalidade, que está presente não só no art. 1º do CP, mas também no art. 5º, XXXIX, da CF.

LETRA “B”: incorreta.

O princípio da proibição da pena indigna é um desdobramento do princípio da dignidade da pessoa humana, tendo como finalidade a proibição de penas degradantes.

LETRA “C”: incorreta.

O princípio da proporcionalidade tem aplicação em várias áreas do Direito. No Direito Penal, é ele que torna possível analisar, por exemplo, se determinada conduta está totalmente abarcada por alguma excludente de ilicitude ou houve excesso doloso.

Entretanto, não é esse o princípio abordado pelo art. 1º do CP.

LETRA “D”: incorreta.

O princípio da igualdade é previsto no *caput* do art. 5º da CF e em diversos dos seus incisos, dispondo que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Por essa breve abordagem, é possível concluir que o princípio da igualdade não é mencionado no art. 1º do CP.

LETRA “E”: incorreta.

Esse princípio foi uma simples inovação do examinador.

GABARITO: letra “A”.

2 APLICAÇÃO DA LEI PENAL

QUESTÃO 245

AOCP – PC/ES – Escrivão de Polícia – 2019

No Direito Penal brasileiro, é considerado o lugar do crime, tanto o lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado (art. 6º do Código Penal). A junção dessas hipóteses é chamada de teoria da

- a) ubiquidade.
- b) territorialidade.
- c) extraterritorialidade.
- d) causalidade.
- e) funcionalidade.

COMENTÁRIOS

LETRA “A”: correta.

O enunciado da questão, de fato, traz o conceito da teoria da ubiquidade, adotado pelo Código Penal, em seu art. 6º.

LETRA “B”: incorreta.

O princípio da territorialidade diz respeito ao território de aplicação da lei penal (art. 5º do CP).

LETRA “C”: incorreta.

Pelo princípio da extraterritorialidade, é possível, em casos excepcionais, aplicar a lei penal fora do território sobre o qual ela, como regra, incide (art. 7º do CP).

LETRA “D”: incorreta.

O princípio da causalidade diz respeito à análise da existência do nexos entre a conduta e o resultado (art. 13 do CP).

LETRA “E”: incorreta.

Para a teoria funcionalista o direito penal deve ser organizado com base nas suas finalidades essenciais.

GABARITO: letra “A”.

4 CRIME – DISPOSIÇÕES GERAIS

QUESTÃO 270

VUNESP – PC/SP – Delegado de Polícia – 2018

“Existe_____ quando o agente prevê o resultado, mas espera, sinceramente, que não ocorrerá; configura- se _____ quando a vontade do agente não está dirigida para a obtenção do resultado, pois ele quer algo diverso, mas, prevendo que o evento possa ocorrer, assume assim mesmo a possibilidade de sua produção.”

Assinale a alternativa que correta e respectivamente completa as lacunas.

- a) dolo indireto ... dolo alternativo
- b) dolo eventual ... culpa consciente
- c) culpa inconsciente ... culpa consciente
- d) culpa consciente ... dolo eventual
- e) culpa inconsciente ... dolo eventual

COMENTÁRIOS

O enunciado traz, na sequência, as hipóteses de culpa consciente e de dolo eventual.

Dessa maneira:

- **Culpa consciente:** ocorre quando o agente prevê o resultado, mas acredita que ele não irá ocorrer;
- **Dolo eventual:** o agente, prevendo o resultado, assume o risco de produzi-lo.

Sabe-se, portanto, que a letra “D” está correta.

Vejamos outras espécies de dolo e de culpa:

- **Dolo direto:** o agente quer o resultado e age para que ele ocorra;
- **Dolo alternativo:** o agente quer um resultado ou outro, tanto faz qual deles ocorrer.
 - Ex.: O agente quer matar ou ferir a vítima.
- **Dolo indireto:** o agente assume o risco de produzir o resultado. O dolo indireto pode ser o dolo eventual ou o dolo alternativo
- **Culpa inconsciente:** o agente não prevê o resultado que, todavia, era previsível.

GABARITO: letra “D”.

7 PUNIBILIDADE E CAUSAS DE EXTINÇÃO

QUESTÃO 300

CESPE – PC/DF – Agente de Polícia – 2013

Em relação ao direito penal, julgue os próximos itens.

A *abolitio criminis* faz cessar todos os efeitos penais, principais e secundários, subsistindo os efeitos civis.

() Certo () Errado

COMENTÁRIOS

Vejamos o que diz o CP (a parte em negrito diz respeito a *abolitio criminis*):

CP, art. 2º **Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime**, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

Quando o agente pratica um fato que deixou de ser considerado crime, todos os efeitos penais cessarão. No entanto, os efeitos civis permanecem. É o caso, por exemplo, da obrigação de reparar o dano.

GABARITO: certo.

8 CRIMES CONTRA A VIDA

QUESTÃO 303

VUNESP – PC/SP – Delegado de Polícia – 2018

Maria e Mariana, ambas nascidas com genitais femininos, auto-identificadas e socialmente reconhecidas como mulheres, convivem em união estável e monogâmica. Ocorre que Maria, às escondidas, passa a manter relações sexuais com José. Mariana flagra Maria em ato sexual com José e, nesse contexto, Maria provoca injustamente Mariana, dizendo a José, em tom de escárnio, que Mariana é “xucra, burra e ruim de cama”, e que, além disso, Mariana “gosta de ser traída e não tomará qualquer atitude, por ser covarde e medrosa”. Embora nunca tenha praticado ato de violência doméstica, Mariana é tomada por violenta emoção e dispara projétil de arma de fogo contra a cabeça de Maria, que morre imediatamente.

É correto afirmar que Mariana praticou

- a) ato típico, mas amparado por causa excludente de ilicitude.
- b) homicídio qualificado, por meio insidioso.
- c) feminicídio.
- d) homicídio privilegiado.
- e) homicídio qualificado, por motivo torpe.

COMENTÁRIOS

Vamos aos pontos que fundamentam a resposta:

Maria provoca injustamente Mariana, dizendo a José, em tom de escárnio, que Mariana é “xucra, burra e ruim de cama”, e que, além disso, Mariana “gosta de ser traída e não tomará qualquer atitude, por ser covarde e medrosa” [...]

Embora nunca tenha praticado ato de violência doméstica, Mariana é tomada por violenta emoção e dispara projétil de arma de fogo contra a cabeça de Maria, que morre imediatamente.

Devemos observar, em primeiro lugar, que Mariana cometeu homicídio (é óbvio, mas necessário ao nosso raciocínio).

O homicídio possui uma forma privilegiada, presente no § 1º do art. 121 do CP:

Art. 121, § 1º Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

Dessa maneira, verifica-se que Mariana, cometeu homicídio na sua forma privilegiada.

A conduta de Mariana não está amparada por nenhuma das causas excludentes de ilicitude (arts. 23 do CP). Por isso, a letra “A” está incorreta.

O enunciado da questão não mostrou qualquer informação que pudesse alegar a incidência de alguma qualificadora do crime de homicídio. Assim, as letras “B” e “E” estão incorretas.

O feminicídio ocorre contra mulher por razões da condição de sexo feminino. De acordo com o inciso I do § 2º-A do art. 121 do CP, considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve violência doméstica e familiar.

O próprio enunciado mostrou que Mariana nunca praticou ato de violência doméstica e que só matou Maria porque ficou sob o domínio de violenta emoção logo após injusta provocação da vítima. Portanto, a letra “C” está incorreta.

GABARITO: letra “D”.

9 CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL

QUESTÃO 308

CESPE – PRF – Policial Rodoviário Federal – 2019

Abordado determinado veículo em região de fronteira internacional, os policiais rodoviários federais suspeitaram da conduta do motorista: ele conduzia duas adolescentes com as quais não tinha nenhum grau de parentesco. Ao ser questionado, o condutor do veículo confessou que fora pago para conduzi-las a um país vizinho, onde seriam exploradas sexualmente. As adolescentes informaram que estavam sendo transportadas sob grave ameaça e que não haviam consentido com a realização da viagem e muito menos com seus propósitos finais.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

A conduta do motorista do veículo se amolda ao tipo penal do tráfico de pessoas, em sua forma consumada, incidindo, nesse caso, causa de aumento de pena, em razão de as vítimas serem adolescentes.

() Certo () Errado

COMENTÁRIOS

Conforme o Código Penal:

Tráfico de pessoas

CP, art. 149-A. Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de:

[...]

V - exploração sexual.

§ 1º A pena é aumentada de um terço até a metade se:

[...]

II - o crime for cometido contra criança, adolescente ou pessoa idosa ou com deficiência;

Observa-se que a conduta do motorista se amolda ao crime de tráfico de pessoas, incidindo a causa de aumento pelo fato de o crime ter sido cometido contra adolescente.

GABARITO: certo.

10 CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

QUESTÃO 313

VUNESP – PC/SP – Delegado de Polícia – 2018

O crime de extorsão mediante sequestro (CP, art. 159)

a) é qualificado se do fato resulta lesão corporal grave ou morte.

b) é qualificado se cometido contra vítima menor de 18 (dezoito) anos ou maior de 50 (cinquenta) anos.

c) não admite a modalidade tentada.

d) consuma-se quando o agente solicita vantagem como preço do resgate, por se tratar de crime contra o patrimônio.

e) consuma-se quando o agente obtém vantagem como preço do resgate, por se tratar de crime contra o patrimônio.

COMENTÁRIOS

LETRA “A”: correta.

O crime de extorsão mediante sequestro possui três qualificadoras. Entre elas, estão a extorsão mediante sequestro que resulta em lesão corporal grave (§ 2º do art. 159) e a que resulta em morte (§ 3º do art. 159).

LETRA “B”: incorreta.

Conforme mencionado nos comentários da letra “A”, a extorsão mediante sequestro possui três qualificadoras. Já falamos de duas delas.

A outra qualificadora tem a seguinte redação:

Art. 159, § 1º Se o sequestro dura mais de 24 (vinte e quatro) horas, se o sequestrado é menor de 18 (dezoito) ou maior de 60 (sessenta) anos, ou se o crime é cometido por bando ou quadrilha.

Pena - reclusão, de doze a vinte anos.

Portanto, a extorsão mediante sequestro cometida contra vítima menor de 18 (dezoito) anos ou maior de 50 (cinquenta) anos não é modalidade qualificada do referido delito.

LETRA “C”: incorreta.

De acordo com o STF, o crime de extorsão mediante sequestro se consuma no momento em que a vítima é privada de sua liberdade (HC 73.521-CE).

Dessa maneira, caso o autor não consiga privar a liberdade da vítima, em virtude de circunstâncias alheias à sua vontade, com o intuito de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate, terá praticado a modalidade tentada do crime de extorsão mediante sequestro (art. 14, II, e art. 159).

LETRA “D”: incorreta.

Vide comentários da letra “C”.

LETRA “E”: incorreta.

Vide comentários da letra “C”.

GABARITO: letra “A”.

12 CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

QUESTÃO 320

CESPE – PRF – Policial Rodoviário – 2019

Em uma rodovia federal, próxima à fronteira do Brasil com o Paraguai, um caminhão foi parado e vistoriado por policiais rodoviários federais. Além do motorista e de um passageiro, o veículo transportava, ilegalmente, grande quantidade de mercadoria lícita de procedência estrangeira, mas sem o pagamento dos devidos impostos de importação. O motorista, penalmente imputável e proprietário do caminhão, admitiu a propriedade dos produtos. O passageiro, que se identificou como servidor público alfandegário lotado no posto de fiscalização fronteiriço pelo qual o veículo havia passado para adentrar no território nacional, alegou desconhecer a existência dos produtos no caminhão e que apenas pegou carona com o motorista.

Tendo como referência essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

A conduta do motorista configura crime de descaminho em sua forma consumada, ainda que não tenha havido constituição definitiva do crédito tributário e a ocorrência de efetivo prejuízo ao erário.

() Certo () Errado

COMENTÁRIOS

O art. 334 do CP diz que haverá descaminho quando o sujeito “iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria”.

A doutrina e a jurisprudência majoritária afirmam que se trata de um crime formal, bastando que a mera ilusão do pagamento de direito ou imposto para a consumação do crime, não havendo necessidade, portanto, de constituição definitiva do crédito tributário e nem da exigência de prejuízo.

Conforme o STF, “é dispensada a existência de procedimento administrativo fiscal com a posterior constituição do crédito tributário para a configuração do crime de descaminho (CP, art. 334), tendo em conta sua natureza formal” (HC 121798/BA).

GABARITO: certo.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1 FONTES E PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 336

VUNESP – PC/BA – Investigador de Polícia – 2018

Em havendo conflito entre o Código de Processo Penal e uma lei especial que contenha normas processuais, a solução será a

- a) aplicação da norma que for mais recente, independentemente de eventual benefício ao réu.
- b) aplicação da lei especial e, quando omissa, subsidiariamente do Código de Processo Penal.
- c) aplicação do que for mais favorável ao acusado, independentemente da data de promulgação.
- d) conjugação de ambos os diplomas, aplicando-se as normas que forem mais benéficas ao acusado.
- e) prevalência da regra geral do Código de Processo Penal, em virtude da proibição constitucional dos juízos de exceção.

COMENTÁRIOS

O conflito entre lei geral e lei especial é resolvido pela aplicação do princípio da especialidade.

Conforme o referido princípio, aplica-se a lei especial em detrimento da geral. A norma geral somente será aplicada no que a norma especial for omissa.

O CPP (Decreto-Lei n. 3.689/1941), no parágrafo único do art. 1º, dispõe que as normas nele contidas (normas gerais) serão aplicadas quando não couber a aplicação das leis especiais.

As próprias leis especiais costumam trazer expressamente a aplicação do CPP de forma subsidiária.

A Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006, art. 48, *caput*) dispõe que o CPP e a LEP serão aplicadas subsidiariamente aos procedimentos nela definidos.

GABARITO: letra “B”.

2 INQUÉRITO POLICIAL

QUESTÃO 342

CESPE – PC/MA – Delegado de Polícia Civil – 2018

De acordo com as legislações especiais pertinentes, o inquérito policial deve ser concluído no

- a) prazo comum de quinze dias, estando o indiciado solto ou preso, nos casos de crimes de tortura.
- b) mesmo prazo estipulado para a apreciação das medidas protetivas, nos casos de crimes previstos na Lei Maria da Penha.
- c) prazo comum de dez dias, estando o indiciado solto ou preso, nos casos de crimes contra a economia popular.
- d) prazo de trinta dias, se o indiciado estiver solto, e de quinze dias, se ele estiver preso, de acordo com a Lei de Drogas.
- e) prazo de quinze dias, se o crime for de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, conforme o Estatuto do Desarmamento.

COMENTÁRIOS

LETRA “A”: incorreta.

A lei que trata dos crimes de tortura (Lei n. 9.455/1997) não estabelece prazo para a conclusão do Inquérito Policial.

Nesses casos, utiliza-se os prazos previstos no *caput* do art. 10 do CPP:

- 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente;
- 30 dias, quando o indiciado estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

LETRA “B”: incorreta.

A Lei Maria da Penha – Lei n. 11.340/2006 também não dispõe de prazo para a conclusão do Inquérito Policial, devendo-se utilizar os prazos do CPP, conforme os comentários da letra “A”.

LETRA “C”: correta.

A questão está de acordo com o art. 10, § 1º, da Lei n. 1.521/1951.

LETRA “D”: incorreta.

De acordo com a Lei de Drogas – Lei n. 11.343/2006, art. 51, *caput*, “o inquérito policial será concluído no prazo de **30 dias**, se o indiciado estiver preso, e de **90 dias**, quando solto”.

LETRA “E”: incorreta.

O Estatuto do Desarmamento – Lei n. 10.826/2003 também não traz prazo especial para a conclusão de Inquérito Policial. Utiliza-se, portanto, os prazos processuais do CPP, conforme os comentários da letra “A”.

GABARITO: letra “C”.

QUESTÃO 346

CESPE – PC/MA – Delegado de Polícia Civil – 2018

Quanto à reprodução simulada, também denominada de reconstituição do crime, assinale a opção correta.

- a) A ausência do indiciado poderá ocorrer por sua vontade, mas esse fato induzirá prova contra si.
- b) A participação do indiciado será obrigatória caso haja prova da materialidade e indícios de autoria.
- c) A participação do indiciado é obrigatória para que o ato seja considerado válido.
- d) A participação do indiciado é facultada à sua vontade.
- e) A ausência do indiciado nos crimes que deixem vestígios torna o ato ineficaz.

COMENTÁRIOS

LETRA “A”: incorreta.

O STF entende que a participação do indiciado em reprodução simulada é facultativa, em virtude do princípio da não auto-incriminação, pois o sujeito não é obrigado a produzir provas contra si mesmo (HC 69026 DF).

Além disso, o não comparecimento à reprodução simulada não induzirá prova contra si mesmo (assim como o direito ao silêncio também não induz).

LETRA “B”: incorreta.

A participação do indiciado é facultativa, ainda que haja prova da materialidade e indícios da autoria. Vide comentários da letra “A”.

LETRA “C”: incorreta.

A validade do ato não depende da participação do indiciado. Vide comentários da letra “A”.

LETRA “D”: correta.

É a alternativa que apresenta concordância com o entendimento do STF, sendo um desdobramento do princípio da não auto-incriminação, conforme exposto nos comentários da letra “A”.

LETRA “E”: incorreta.

A ausência do indiciado não torna o ato ineficaz. Vide comentários da letra “A”.

GABARITO: letra “D”.

QUESTÃO 353

CESPE – PC/DF – Escrivão de Polícia – 2013

Julgue o item seguinte, a respeito do inquérito policial (IP) e das provas.

Se o IP for arquivado pelo juiz, a requerimento do promotor de justiça, sob o argumento de que o fato é atípico, a decisão que determinar o arquivamento do IP impedirá a instauração de processo penal pelo mesmo fato, ainda que tenha sido tomada por juiz absolutamente incompetente.

() Certo () Errado

COMENTÁRIOS

Conforme o STF (HC 89.592/DF):

[...] A decisão que determina o arquivamento do inquérito policial, quando fundado o pedido do Ministério Público em que o fato nele apurado não constitui crime, mais que preclusão, produz coisa julgada material, que - ainda quando emanada a decisão de juiz absolutamente incompetente.

Complementando, nos termos da Súmula 524 do STF, “arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do Promotor de Justiça, não pode a ação penal ser iniciada sem novas provas”.

GABARITO: certo.

4 AÇÃO PENAL

QUESTÃO 360

CESPE – PC/DF – Escrivão de Polícia – 2013

Com base no que dispõe o Código de Processo Penal, julgue o item que se segue.

O recebimento, pelo juiz, da denúncia deve ser pautado pelo princípio *in dubio pro societate*, bastando para isso a presença da prova da materialidade delitiva e dos indícios suficientes de autoria.

() Certo () Errado

COMENTÁRIOS

Há duas expressões em latim que dão nome a dois princípios bastante utilizados no direito processual penal brasileiro:

- 1) ***In dubio pro societate***: que seria “a dúvida é favorável à sociedade”;
- 2) ***In dubio pro reo***: que pode ser traduzida como “a dúvida é favorável ao réu”.

O *in dubio pro societate* é utilizado nos seguintes momentos processuais:

- Quando a autoridade policial estiver na dúvida entre indiciar ou não o sujeito;
- Quando o promotor estiver na dúvida entre oferecer ou não a denúncia;
- Quando o juiz estiver na dúvida entre aceitar ou não a denúncia.

Já o *in dubio pro reo* é utilizado quando o juiz estiver na dúvida entre condenar ou não o acusado.

GABARITO: certo.

7 PROVAS

QUESTÃO 367

AOCP – PC/ES – Escrivão de Polícia – 2019

A busca domiciliar será realizada quando fundadas razões a autorizarem, EXCETO na hipótese de

- a) prender criminosos.
- b) colher qualquer elemento de convicção.
- c) apreender pessoas vítimas de crime.
- d) submeter suspeito de cometimento de crime ao reconhecimento pessoal.
- e) descobrir objetos necessários à prova de infração ou à defesa do réu.

COMENTÁRIOS

De acordo com o § 1º do art. 240 do CPP, a busca domiciliar será realizada, quando fundadas razões a autorizarem, para:

- a) prender criminosos; (letra “A”).
- b) apreender coisas achadas ou obtidas por meios criminosos;
- c) apreender instrumentos de falsificação ou de contrafação e objetos falsificados ou contrafeitos;
- d) apreender armas e munições, instrumentos utilizados na prática de crime ou destinados a fim delituoso;
- e) descobrir objetos necessários à prova de infração ou à defesa do réu (letra “E”);
- f) apreender cartas, abertas ou não, destinadas ao acusado ou em seu poder, quando haja suspeita de que o conhecimento do seu conteúdo possa ser útil à elucidação do fato;
- g) apreender pessoas vítimas de crimes (letra “C”);
- h) colher qualquer elemento de convicção (letra “B”).

Observa-se que **não há busca domiciliar para submeter suspeito de cometimento de crime ao reconhecimento pessoal.**

GABARITO: letra “D”.

QUESTÃO 369

CESPE – PRF – Policial Rodoviário Federal – 2019

Com relação aos meios de prova e os procedimentos inerentes a sua colheita, no âmbito da investigação criminal, julgue o próximo item.

A entrada forçada em determinado domicílio é lícita, mesmo sem mandado judicial e ainda que durante a noite, caso esteja ocorrendo, dentro da casa, situação de flagrante delito nas modalidades próprio, impróprio ou ficto.

- () Certo () Errado

COMENTÁRIOS

Havendo flagrante em delito, independentemente da sua modalidade (se próprio, impróprio ou presumido), é possível a entrada em domicílio, mesmo sem mandado judicial e durante a noite.

Conforme o XI do art. 5º da CF, “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, **salvo em caso de flagrante delito** ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial”.

A CF apenas menciona que o flagrante delito é uma das exceções à inviolabilidade do domicílio. Não diz que a entrada forçada em domicílio, no caso de flagrante delito, necessita de mandado judicial, nem que deve ser apenas durante o dia, ou que não alcança alguma das modalidades do flagrante delito.

Por sua vez, o CPP, no art. 302, menciona:

CPP, art. 302. Considera-se em flagrante delito quem:

I - está cometendo a infração penal;

II - acaba de cometê-la;

III - é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração;

IV - é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

Resumindo: havendo flagrante delito, é lícita a entrada forçada em domicílio.

GABARITO: certo.

8 JUIZ, MINISTÉRIO PÚBLICO, ACUSADO E DEFENSOR, ASSISTENTES E AUXILIARES DA JUSTIÇA

QUESTÃO 384

VUNESP – PC/BA – Investigador de Polícia – 2018

Quanto aos assistentes de acusação, o Código de Processo Penal estabelece que

- a) o assistente é aquele que oferece a denúncia, na hipótese de inércia do Ministério Público nos crimes de ação penal pública.
- b) a morte do ofendido obsta que outrem atue ao lado do Ministério Público, no polo ativo.
- c) na hipótese de ação penal privada, poderá haver assistência de acusação tão somente se houver pluralidade de ofendidos.
- d) na hipótese de morte do ofendido, poderão habilitar-se como assistente seu cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- e) a assistência inicia-se com a denúncia e conclui-se, em havendo interesse do ofendido, com o término da execução da pena.

COMENTÁRIOS

LETRA “A”: incorreta.

O assistente público não oferece denúncia, nem mesmo se o Ministério Público se mantiver inerte.

LETRA “B”: incorreta.

No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão (art. 31 do CPP).

LETRA “C”: incorreta.

O assistente de acusação não atua nos casos de ação penal privada, visto que o art. 268 do CPP mencionou que o assistente só poderá intervir “em todos os termos da ação pública”.

Além disso, o assistente de acusação, na leitura do referido artigo, é chamado de “assistente do Ministério Público”.

LETRA “D”: correta.

Vide comentários da letra “B”.

LETRA “E”: incorreta.

O assistente de acusação não atua na fase de execução da pena. A assistência conclui-se com o trânsito em julgado da sentença (art. 269 do CPP).

GABARITO: letra “D”.

9 PRISÃO E MEDIDAS CAUTELARES**QUESTÃO 390**

CESPE – PC/MA – Delegado de Polícia Civil – 2018

Considere que, no curso de determinada investigação, a autoridade policial tenha representado ao competente juízo pela prisão temporária do indiciado. Nessa situação,

- a) a prisão requerida apenas poderá ser decretada para se inquirir o indiciado, devendo a autoridade policial, após o ato, representar pela sua soltura.
- b) mesmo que a autoridade policial não tivesse requerido a prisão temporária, o juiz poderia tê-la decretado de ofício.
- c) caso se trate de crime hediondo, o prazo máximo da prisão eventualmente decretada será de noventa dias.
- d) a prisão não poderá ser decretada após a fase inquisitória da persecução penal.
- e) decretada a prisão temporária, o inquérito policial deverá ser concluído no prazo máximo de dez dias.

COMENTÁRIOS

LETRA “A”: incorreta.

Há 03 hipóteses que tornam cabíveis a prisão temporária (art. 1º da Lei n. 7.960/1989). São elas:

- 1) quando imprescindível para as investigações do inquérito policial;
- 2) quando o indicado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade;
- 3) quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes:

Portanto, não cabe prisão temporária apenas para se inquirir o indiciado.

LETRA “B”: incorreta.

O juiz pode decretar a prisão temporária em face de representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, mas não de ofício (art. 2º da Lei n. 7.960/1989).

LETRA “C”: incorreta.

No caso de crime hediondo, conforme o § 4º do art. 2º da Lei n. 8.072/1990, a prisão temporária “terá o **prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período** em caso de extrema e comprovada necessidade”.

LETRA “D”: correta.

Exatamente. A prisão temporária é utilizada apenas durante a fase inquisitorial, quando imprescindível para as investigações (inciso I do art. 1º da Lei n. 7.960/1989).

Não há prisão temporária na fase processual.

LETRA “E”: incorreta.

A prisão temporária não força a contagem do prazo para a conclusão do inquérito policial.

Dessa maneira, se o sujeito for preso temporariamente, e a prisão temporária foi convertida em prisão preventiva, o prazo para a conclusão do inquérito começará a contar a partir da data da conversão da prisão (e terá prazo máximo de 10 dias, conforme o art. 10 do CPP, visto se tratar de indiciado preso).

GABARITO: letra “D”.

LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

1 LEI DE DROGAS – LEI N. 11.343/2006

QUESTÃO 405

AOCP – PC/ES – Escrivão de Polícia – 2019

No tocante à Lei de Tóxicos nº 11.343/06, para a lavratura do auto de prisão em flagrante por tráfico de drogas previsto no art. 33 caput, é indispensável para a materialidade do delito

- a) que o sujeito esteja exercendo a venda da substância entorpecente proibida.
- b) o exercício de qualquer ação prevista no art. 33 e o laudo de constatação provisório.
- c) que ao agente possua quantidade superior a 10 gramas do entorpecente.
- d) que a detenção ocorra em via pública.
- e) que haja testemunha do exercício da venda de entorpecente.

COMENTÁRIOS

LETRA “A”: incorreta.

O crime de tráfico de drogas do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 possui diversas condutas, diversos verbos. Vejamos:

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Caso o agente pratique qualquer uma dessas condutas (tipo misto alternativo), estará caracterizado o crime de tráfico de drogas.

A venda da droga é apenas uma dessas condutas. Em outras palavras, para que seja configurado o tráfico de drogas, não é indispensável que o sujeito esteja exercendo a venda da droga. Basta, por exemplo, ofereça ou faça o transporte dela.

LETRA “B”: correta.

Vide comentários da letra “A”.

LETRA “C”: incorreta.

Não há quantidade mínima de droga apreendida para a configuração do art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

LETRA “D”: incorreta.

Não é necessário que a detenção ocorra em via pública para que ocorra a lavratura do auto de prisão em flagrante. Isso porque a CF permite que a prisão em flagrante seja feita em domicílio particular, independentemente de determinação judicial ou hora do dia (art. 5º, XI, da CF).

Além disso, o STF entende que a conduta de ter em depósito e a de portar drogas (art. 33 da Lei n. 11.343/2006) caracterizam o referido crime como permanente. Dessa maneira, ter em depósito entorpecentes é condição de flagrante delito (RE 603616).

LETRA “E”: incorreta.

Conforme o § 2º do art. 304 do CPP, “a falta de testemunhas da infração não impedirá o auto de prisão em flagrante; mas, nesse caso, com o condutor, deverão assiná-lo pelo menos duas pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade”.

GABARITO: letra “B”.

2 LEI DE CRIMES HEDIONDOS – LEI N. 8.072/1990

QUESTÃO 417

CESPE – Polícia Federal – Delegado de Polícia Federal – 2018

Em cada item que se segue, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada com relação a crime de tortura, crime hediondo, crime previdenciário e crime contra o idoso.

Paula, proprietária de uma casa de prostituição, induziu e passou a explorar sexualmente duas garotas de quinze anos de idade. Nessa situação, o crime praticado por Paula é hediondo e, por isso, insuscetível de anistia, graça e indulto.

() Certo () Errado

COMENTÁRIOS

A conduta praticada por Paula, de fato, configura crime hediondo, conforme prevê art. 1º, VIII, da Lei de Crimes Hediondos – Lei n. 8.072/1990:

Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados:

VIII - favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável (art. 218-B, *caput*, e §§ 1º e 2º).

Além disso, os crimes hediondos, por força do inciso I do art. 2º da mesma Lei, são insuscetíveis de anistia, graça e indulto.

GABARITO: certo.

3 ESTATUTO DO DESARMAMENTO – LEI N. 10.826/2003

QUESTÃO 423

VUNESP – PC/SP – Delegado de Polícia – 2018

É correto afirmar a respeito do crime de disparo de arma de fogo, previsto na Lei no 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), que

- a) é inafiançável, de perigo abstrato e que não admite a suspensão condicional do processo.
- b) se trata de crime comum, de perigo abstrato e que não admite a suspensão condicional do processo.
- c) se trata de crime próprio, afiançável e que admite a suspensão condicional do processo.
- d) não admite a suspensão condicional do processo, é afiançável e trata-se de crime de mão-própria.
- e) é inafiançável, de perigo concreto e que admite a suspensão condicional do processo.

COMENTÁRIOS

O crime de disparo de arma de fogo é:

1. **Afiançável:** O STF julgou inconstitucional o trecho que considerava inafiançável o delito de disparo de arma de fogo (ADIn 3.112);
2. **Crime comum:** pode ser praticado por qualquer pessoa;
3. **Não admite a suspensão condicional do processo:** esse benefício exige que a pena mínima do crime seja igual ou inferior a 01 ano (art. 89 da Lei n. 9.099/1995, ao passo que o delito de disparo de arma de fogo tem a pena mínima de 02 anos (art. 15 da Lei n. 10.826/2003);
4. **Crime de perigo abstrato:** o perigo é presumido, não se exigindo a demonstração de perigo concreto (STJ, AgRg no AREsp 684.978/SP).

GABARITO: letra “B”.

4 LEI MARIA DA PENHA – LEI N. 11.340/2006

QUESTÃO 430

AOCP – PC/ES – Escrivão de Polícia – 2019

Assinale a alternativa que está de acordo com os preceitos da Lei n° 11.340/2006.

- a) As medidas protetivas de urgência devem ser adotadas pelo juiz no prazo de 24 horas.
- b) A violência moral é entendida como qualquer conduta do agressor que constitua calúnia ou difamação, excetuando-se a injúria.
- c) Em nenhuma hipótese, a mulher em situação de violência doméstica e familiar estará desacompanhada de advogado.
- d) A Lei n° 11.340/2006 veda a aplicação dos institutos da Lei n° 9.099/95, exceto o sursis processual.
- e) É possível obrigar o agressor a prestar alimentos provisionais ou provisórios.

COMENTÁRIOS

LETRA “A”: incorreta.

As medidas protetivas de urgência devem ser adotadas pelo juiz no prazo de 48 horas (art. 18 da Lei n. 11.340/2006).

LETRA “B”: incorreta.

A violência moral é entendida como qualquer conduta do agressor que constitua calúnia ou difamação ou injúria (art. 7º, V, da Lei n. 11.340/2006).

LETRA “C”: incorreta.

Em todos os atos processuais, cíveis e criminais, a mulher em situação de violência doméstica e familiar deverá estar acompanhada de advogado, exceto quando a ofendida requerer a aplicação de medidas protetivas de urgência (art. 27 da Lei n. 11.340/2006).

LETRA “D”: incorreta.

Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei n. 9.099/1995 (não há ressalvas).

Além disso, o STJ, na Súmula 536, estabelece que: “A suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha”.

LETRA “E”: correta.

Como medida protetiva de urgência, o juiz pode aplicar ao agressor a prestação de alimentos provisionais ou provisórios (art. 22, V, Lei n. 11.340/2006).

GABARITO: letra “E”.

5 LEI DE CRIMES DE TORTURA – LEI N. 9.455/1997

QUESTÃO 435

CESPE – Polícia Federal – Delegado de Polícia Federal – 2018

Em cada item que se segue, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada com relação a crime de tortura, crime hediondo, crime previdenciário e crime contra o idoso.

Cinco guardas municipais em serviço foram desacatados por dois menores. Após breve perseguição, um dos menores evadiu-se, mas o outro foi apreendido. Dois dos guardas conduziram o menor apreendido para um local isolado, imobilizaram-no, espancaram-no e ameaçaram-no, além de submetê-lo a choques elétricos. Os outros três guardas deram cobertura. Nessa situação, os cinco guardas municipais responderão pelo crime de tortura, incorrendo todos nas mesmas penas.

() Certo () Errado

COMENTÁRIOS

Todos os guardas cometeram o mesmo crime.

Os dois guardas que agrediram o menor e ameaçaram-no cometeram o crime de tortura-castigo, delito caracterizado pela relação circunstancial de poder:

Lei n. 9.455/1997, art. 1º Constitui crime de tortura:

II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

Os três guardas são coautores do delito, pois deram cobertura aos outros dois agentes, havendo clara divisão de tarefas:

CP, art. 29. Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

Inicialmente, o gabarito era “errado”, mas a banca mudou a resposta trazendo a seguinte justificativa:

De fato, no caso apresentado, os três guardas que deram cobertura aos demais agentes torturadores devem ser responsabilizados como coautores pela prática omissiva (própria), já que, embora não tenham realizado os elementares do tipo, contribuíram para a prática do delito de forma acessória.

GABARITO: certo.

7 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI N. 8.069/1990**QUESTÃO 448**

VUNESP – PC/SP – Delegado de Polícia – 2018

Com relação à conduta de “Simular a participação de adolescente em cena de sexo explícito por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia”, nos termos da Lei no 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), é correto afirmar que

- a) a mera montagem de fotografia que simule a participação de adolescente em cena de sexo explícito em si já é suficiente para configurar a infração penal por parte de quem a produziu.
- b) apesar de constar da legislação, a descrição do enunciado trata de uma ficção jurídica, também considerada uma hipótese de indiferente penal, em razão da atipicidade da conduta descrita.
- c) se trata de crime apenado com detenção e de ação penal pública incondicionada.
- d) se trata de crime de perigo abstrato, apenado com reclusão, que não admite a suspensão condicional do processo, mas tão somente a transação penal.
- e) não é considerado um crime, por ausência de previsão legal.

COMENTÁRIOS

LETRA “A”: correta.

“Simular a participação de adolescente em cena de sexo explícito por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia” é um crime previsto no art. 241-C do ECA.

A mera montagem de fotografia que simule a participação de adolescente em cena de sexo explícito em si é, de fato, suficiente para configurar a infração penal por parte de quem a produziu.

LETRA “B”: incorreta.

A conduta está tipificada no art. 241-C do ECA. Não se trata, portanto, de conduta atípica.

LETRA “C”: incorreta.

O crime é de ação penal pública incondicionada (art. 227 do ECA).

Entretanto, a pena prevista não é de detenção, mas sim de reclusão (art. 241-C do ECA).

LETRA “D”: incorreta.

É crime de perigo abstrato, com pena de reclusão, que não admite transação penal, mas cabe suspensão condicional do processo.

A transação penal é cabível apenas nos crimes de menor potencial ofensivo (contravenções penais e crimes cuja pena máxima não seja superior a 02 anos). A pena máxima do crime em estudo é de 03 anos (art. 241-C do ECA).

A suspensão condicional do processo se aplica aos crimes cuja pena mínima seja igual ou inferior a 01 ano (*caput* do art. 89 da Lei n. 9.99/1995). A pena mínima do crime em tela é de 01 ano, comportando, dessa maneira, o referido benefício.

LETRA “E”: incorreta.

Vide comentários da letra “B”.

GABARITO: letra “A”.

9 LEI DE EXECUÇÕES PENAIS – LEI N. 7.210/1984

QUESTÃO 456

CESPE – Polícia Federal – Delegado de Polícia Federal – 2018

Em cada item que se segue, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada com base na legislação de regência e na jurisprudência dos tribunais superiores a respeito de aplicação de pena, cominação de penas, regime de penas, medidas de segurança e livramento condicional.

Caio, condenado a nove anos de prisão, cumpria a pena no regime fechado. Passado um ano do cumprimento da pena, ele cometeu falta grave. Nessa situação, serão interrompidas as contagens dos prazos tanto para a obtenção do livramento condicional quanto para a progressão de regime de cumprimento de pena, devendo ambas ser reiniciadas a partir da data do cometimento da falta grave.

() Certo () Errado

COMENTÁRIOS

Esta questão exige o conhecimento da jurisprudência sumulada do STJ. Vejamos:

Súmula 534 do STJ: A prática de falta grave interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena, o qual se reinicia a partir do cometimento dessa infração.

Súmula 441 do STJ: A falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional.

A falta grave interrompe o prazo para a progressão de regime de cumprimento, mas não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional.

GABARITO: errado.

10 LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS – LEI N. 9.099/1995**QUESTÃO 460**

VUNESP – PC/BA – Investigador de Polícia – 2018

A Lei nº 9.099/95, relativa aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, prevê que,

- a) no caso de lesão corporal dolosa leve ou culposa, a ação penal será pública e condicionada à representação.
- b) no caso de lesão corporal dolosa leve ou culposa, a ação penal será privada.
- c) apenas no caso de lesão corporal culposa, a ação penal será pública e condicionada à representação.
- d) no caso de lesão corporal dolosa leve, grave, gravíssima ou culposa, a ação penal será pública e condicionada à representação.
- e) no caso de lesão corporal dolosa leve, a ação penal será pública e incondicionada.

COMENTÁRIOS

A Lei n. 9.099/1995, em seu art. 88, dispõe que “dependerá de representação a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas”.

A letra “A” é a alternativa correta.

É importante mencionar que a ação relativa à lesão corporal no âmbito da Lei Maria da Penha, ainda que leve e culposa, é pública incondicionada (Súmula 542 do STJ).

GABARITO: letra “A”.

11 CRIMES DE TRÂNSITO – LEI N. 9.503/1997

QUESTÃO 462

VUNESP – PC/SP – Delegado de Polícia – 2018

Com relação aos crimes de trânsito, é correto afirmar que

- a) em qualquer hipótese de lesão corporal culposa, a ação penal será pública condicionada.
- b) no crime de homicídio culposo a ação penal poderá ser pública condicionada.
- c) o crime de embriaguez ao volante não admite transação penal, mas nada impede a incidência de suspensão condicional do processo.
- d) o crime de violação da suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou habilitação para dirigir veículo é incompatível com a suspensão condicional de processo.
- e) o crime de fuga do local do acidente não é considerado uma infração penal de menor potencial ofensivo.

COMENTÁRIOS

LETRA “A”: incorreta.

Em regra, a ação penal para os crimes de trânsito de lesão corporal culposa é pública condicionada (primeira parte do § 1º do art. 291 da Lei n. 9.503/1997).

Porém, há hipóteses nas quais a ação pública será incondicionada (segunda parte do § 1º do art. 291 da Lei n. 9.503/1997). Tais hipóteses ocorrem quando o agente estiver:

- I. sob a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que determine dependência;
- II. participando, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística, de exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor, não autorizada pela autoridade competente;
- III. transitando em velocidade superior à máxima permitida para a via em 50 km/h (cinquenta quilômetros por hora).

LETRA “B”: incorreta.

As únicas hipóteses de ação pública condicionada à representação que o CTB traz são os crimes de lesão corporal culposa.

LETRA “C”: correta.

O crime de embriaguez ao volante está presente no art. 306 da Lei n. 9.503/1997, e sua pena é de detenção, de 06 meses a 03 anos.

A transação penal é cabível apenas nos crimes de menor potencial ofensivo (contravenções penais e crimes cuja pena máxima não seja superior a 02 anos). Como a pena máxima do crime de embriaguez ao volante é de 03 anos, não cabe transação penal.

A suspensão condicional do processo se aplica aos crimes cuja pena mínima seja igual ou inferior a 01 ano (*caput* do art. 89 da Lei n. 9.99/1995). Como a embriaguez ao volante tem a pena mínima de 06 meses, a suspensão condicional do processo pode ser aplicada.

LETRA “D”: incorreta.

Violar a suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo é crime com pena de detenção, de 06 meses a 01 um ano.

É aplicável a suspensão condicional do processo, pois o crime da assertiva tem pena mínima inferior a 01 ano, sendo compatível com ele, conforme os comentários da letra “C”.

LETRA “E”: incorreta.

A pena do crime fuga do local do acidente é de detenção, de 06 meses a 01 ano (art. 305 da Lei n. 9.053/1997).

De acordo com o art. 61 da Lei n. 9.099/1995, além das contravenções penais, são consideradas infrações penais de menor potencial ofensivo os crimes cuja pena máxima não seja maior que 02 anos.

Portanto, o crime de fuga do local do acidente é considerado uma infração de menor potencial ofensivo.

GABARITO: letra “C”.

13 DISPOSIÇÕES SOBRE OS DIREITOS HUMANOS

QUESTÃO 467

VUNESP – PC/SP – Delegado de Polícia – 2018

No que se refere à prisão civil por dívida, a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) estabelece que

- a) é permitida apenas para o caso de inadimplemento de obrigação alimentar.
- b) deve ser decidida pela Constituição de cada Estado-Parte.
- c) deve ser abolida em todos os Estados-Partes.
- d) é permitida apenas para hipótese de depositário infiel.
- e) é autorizada para os casos de depositário infiel e de devedor de obrigação alimentar.

COMENTÁRIOS

Sobre o tema, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), promulgada pelo Decreto n. 678/1992, dispõe, no item 7 do artigo 7, que “ninguém deve ser detido por dívida. Este princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar”.

Portanto, a prisão civil é permitida apenas para o caso de inadimplemento de obrigação alimentar.

GABARITO: letra “A”.

15 LEI DA INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA – LEI N. 9.296/1996

QUESTÃO 473

VUNESP – PC/BA – Investigador de Polícia – 2018

Diante do previsto na Lei n° 9.296/96 – Lei de Interceptação Telefônica, assinale a alternativa correta.

- a) A interceptação telefônica será admitida mesmo que a prova possa ser feita por outros meios disponíveis.
- b) A interceptação telefônica poderá ser determinada pelo representante do Ministério Público, de ofício, mediante idônea fundamentação durante a instrução criminal.
- c) O juiz deverá decidir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre o pedido de interceptação.
- d) Somente será admitido o pedido de interceptação telefônica feito por escrito.
- e) Não é necessária a presença de indícios razoáveis da autoria ou participação em infração penal para que seja determinada a interceptação telefônica.

COMENTÁRIOS

LETRA “A”: incorreta.

A interceptação telefônica só será admitida se a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis (inciso II do art. 2º da Lei n. 9.296/1996).

LETRA “B”: incorreta.

A interceptação telefônica só pode ser determinada mediante decisão do juiz (art. 3º da Lei n. 9.296/1996).

LETRA “C”: correta.

É a leitura do § 2º do art. 4º da Lei n. 9.296/1996.

LETRA “D”: incorreta.

Excepcionalmente, o juiz poderá admitir que o pedido de interceptação telefônica seja formulado verbalmente, desde que estejam presentes os pressupostos que autorizem a interceptação (§ 1º do art. 4º da Lei n. 9.296/1996).

LETRA “E”: incorreta.

A presença de indícios razoáveis da autoria ou participação em infração penal é requisito essencial para que seja determinada a interceptação telefônica (inciso I do art. 2º da Lei n. 9.296/1996).

GABARITO: letra “C”.